

O Trabalho como categoria de análise para a educação: breves reflexões

Gabrieli Atílio Rosales¹

RESUMO

O homem é um ser social que se desenvolve por meio das relações que vivencia com o outro, isso inclui também as relações de trabalho. Assim, este estudo tem por objetivo refletir sobre a relação entre trabalho e educação. Considerando a realidade educacional brasileira, a metodologia desse trabalho é pautada em uma análise bibliográfica de autores que refletem sobre o tema. Esse estudo também traz um panorama histórico sobre as tendências pedagógicas e sobre sua função, enquanto conservadora ou transformadora da realidade social, desde o início das escolas no período medieval até na atualidade, com o desenvolvimento tecnológico, com apontamentos referentes aos dados de analfabetos e alfabetizados funcionais, bem como as suas definições, de acordo com o INAF, considerando a população de 15 a 64 anos, no período entre 2001 a 2018. Os dados revelaram que, de acordo com a flexibilização do trabalho, mais se evidencia o papel da educação para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, necessitando ainda mais conhecimento, não apenas da atividade laboral em si, mas de todo um contexto social.

Palavras-chaves: Trabalho; Educação; Alfabetizados; Analfabetos funcionais.

ABSTRACT

Man is a social being that develops through the relationships she experiences. With the other, this also includes labor relations. Thus, this study aims to reflect on the relationship between work and education. Considering the reality of the Brazilian educational system, the methodology of this work is based on the authors who reflect on the theme. This study also brings a historical overview, pedagogical trends and their role as conservative or transformative of social reality since the beginning of schools in the medieval period until nowadays with technological development, with notes referring to illiterate and functionally literate data, as well as definitions according to the INAF, considering the population from 15 to 64 years old, between 2001 and 2018. The data revealed that according to the flexibilization of work, the role of education for workers in the labor market, requiring even more knowledge, not just the work activity itself, but the whole social context.

Key words: Work; Education; Capitalism; functionally literate.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Prof.^a Analice Czyzewski, docente do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE).

Introdução

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a relação entre trabalho e educação. A partir disso, apresentar-se-á um panorama dessa relação, buscando resposta para a seguinte questão: ***Qual a relação entre trabalho e educação e o elevado índice de desempregados no país?***

Vale ressaltar que o homem é essencialmente um ser social e, por essa razão, encontra-se inserido em um determinado grupo ou sociedade e, por adotar a cultura estabelecida nessa sociedade, tem distintas maneiras de relacionar-se, num determinado período histórico. Assim, a relação estabelecida entre o ser humano e a natureza, por exemplo, dá-se pelo intermédio de uma sociedade e vice-versa. A essa ação do sujeito na natureza, como forma de adaptar-se às suas necessidades, conceitua-se o trabalho, que pode ser considerado como uma condição essencial para a evolução e o desenvolvimento humano. De acordo com Netto e Braz (2006), o trabalho não é somente uma atividade do homem em sociedade, é também um processo histórico pelo qual surge o homem, o ser social.

Nesse sentido, estabelece-se uma relação entre o trabalho e a educação, enquanto agente de evolução, transformação ou manutenção das relações de trabalho, que se envolve nas relações sociais. Com base nisso, é pertinente citar que anteriormente não havia uma educação escolarizada como a que temos nos dias atuais. Segundo Saviani (2007, p.154):

Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalecia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática.

Ainda, de acordo com Saviani, trabalho e educação são atividades inerentes aos seres humanos, sendo a educação uma ferramenta

fundamental para a superação das sociedades de classes (trabalho), logo, o autor salienta que

[...] o enfrentamento dos desafios postos à educação pública pela sociedade de classes passa, do ponto de vista da pedagogia histórico-crítica, pela luta por uma escola pública que garanta aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais, entendida como um componente na luta mais ampla pela superação da própria sociedade de classes (SAVIANI, 2005, p.271).

Para Antunes e Alves (2004), o processo educativo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual do trabalho é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes. Desse modo, como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente, ou seja, com as novas tecnologias, o trabalho ficou mais flexibilizado, porém, o indivíduo precisa estar apto, a saber, utilizar as ferramentas tecnológicas de trabalho, de forma consciente e não ser alienado, isto é, dominado por elas.

Assim, busca-se trazer elementos que constituem essa mediação entre a educação e o trabalho, partindo da análise de autores que discorrem sobre o tema. Para tanto, o texto está dividido em duas partes, a primeira, aborda as relações entre trabalho e educação, já a segunda, trata da qualificação profissional e educacional do trabalhador. Além disso, aponta-se que as transformações nas formas de se produzir a riqueza alteram a organização social e, por consequência a escolar.

As mediações entre trabalho e educação

O trabalho e a educação estiveram sempre vinculados, em especial na educação, que forma indivíduos para realizar as atividades laborais exigidas pela sociedade e pelo sistema capitalista. Segundo Marx & Engels, (1974) apud Saviani (2007), o homem distingue-se dos animais pela sua consciência, religião ou qualquer coisa que se queira, porém,

[...] o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (Marx & Engels, 1974, p. 19).

Assim, a escola surge com a divisão do trabalho e o surgimento da propriedade privada do Estado, como forma de institucionalizar a educação, em que a mediação entre educação e trabalho pressupõe a superação das relações de distinção de classes imposta pela sociedade capitalista, apresentada por Saviani:

[...] havia duas modalidades de educação: a educação voltada para a classe escrava, e mais adiante aos serviçais (classe operária), voltada ao processo e à execução do trabalho, e a outra para os homens livres, a educação da classe detentora dos meios de produção do trabalho, que buscava desenvolver atividades intelectuais, a oratória e exercícios físicos (SAVIANI, 2007, p. 155).

Convém expor que as primeiras instituições escolares surgiram no Egito Antigo, voltadas à formação moral e política, tendo como base o processo de ensino-aprendizagem no autoritarismo, pois, numa relação de poder disciplinador, o professor era o centro desse processo.

Nesse sentido, no período entre a Antiguidade Greco-Romana até a Idade Média, a escola voltou-se para a preparação intelectual dos indivíduos que detinham o poder político e econômico. Dessa forma, utilizava esse acesso ao conhecimento, historicamente acumulado, para construir e manter uma relação de exploração e dominação ideológica dos grupos sociais, em sua maioria servos e escravos que, apesar de sustentar todo o sistema produtivo, desconheciam o valor social do seu trabalho. Para Alves:

[...] as condições históricas da propriedade privada e da divisão Hierárquica do trabalho, a produção de objetos se inverteu em produção de coisas-mercadorias. O abjeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou coisal, ou seja, tornou-se uma coisa, produto-mercadoria, intransparente, fetichizado, que nega o próprio sujeito humano, o Ser genérico do homem. A objetivação assume deste modo, uma forma estranha (ALVES, 2009, p. 20).

Por sua vez, na Idade Média, a forma de produção utilizada era o artesanato, já na Idade Moderna, a burguesia queria aumentar sua produção, aumentando, assim, seu faturamento. Surge, então, no século XVIII, um sistema fabril, ocasionado

pela Revolução Industrial e Francesa, desenvolvendo a manufatura e as primeiras divisões do trabalho, com as definições das classes burguesia e proletariado, contribuindo como fortalecimento do Estado.

É neste período histórico, conforme Alves (2009), com a divulgação do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Hengels (1848), que se consolida o mercado mundial e todas as determinações sociais descritas da sociedade capitalista. Para o autor

[...]O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que dá-nos a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia (o D'). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia (ALVES, 2009, p. 18).

O processo, portanto, marcou a consolidação do sistema capitalista e causou várias mudanças na educação, por exemplo, na organização do método de ensino-aprendizagem que, no século XVII, surge a partir da revolução científica, iniciada por Galileu, a ciência. Tal processo originou os campos dos conhecimentos científicos e algumas disciplinas, como a física, a química, entre outras, modificando o pensamento do indivíduo, que passa a ser científico e racional.

Dessa maneira, a introdução das máquinas e da nova tecnologia proporcionou um salto real do trabalho ao capital, na produtividade do trabalho e, com isso, o saber intelectual do trabalho é transferido para as máquinas. Ademais, o trabalho humano não é suprido, mas surge o envolvimento interativo, que aumenta o estranhamento do trabalho. Assim, quando falamos em estranhamento

[...] queremos dizer *alienação*. Para nós, as duas palavras têm o mesmo significado, ou seja, possuem um claro sentido negativo. Se a *exteriorização* ou *objetivação* da atividade do homem como ser genérico, possui um sentido de positividade, o *estranhamento*, por outro lado, possui um claro sentido de negatividade, tendo em vista que *obstaculiza* o desenvolvimento do ser genérico do homem através da atividade do trabalho (ALVES, 2009, p. 19).

Nesse contexto, a partir de novos meios de produções, bem como pensamentos pautados na razão, um novo sistema de organização implantado na sociedade, nomeado como capitalismo, começa-se a pensar em formar um novo homem, com os princípios morais que a sociedade necessitava, e foi nesse

momento que o ensino surgiu, como forma de instruir esse homem. Assim, a preocupação com a educação no século XIX, surge da preocupação de se formar indivíduos que contribuíssem com a sociedade, ou seja, que correspondessem às necessidades da sociedade em que estavam inseridos. E, então, para colocar em prática a nova ordem de instrução escolar, surge, nesse mesmo período, o método Lancasteriano, criado pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), que visava à manutenção da ordem, da disciplina e da obediência para a população livre e pobre.

Segundo Netto e Braz (2006), o sistema capitalista não trata somente de produção e reprodução de mercadorias, mas, também, de produção e reprodução de relações sociais. Nesse sentido, com o capitalismo surge a necessidade de explorar mais a força de trabalho e, para que isso ocorresse, era preciso um modelo que alienasse a sociedade, ou seja, se os indivíduos não trabalhassem seu papel perante a sociedade seriam excluídos dela.

Nesse mesmo período, outro método de ensino fortemente adicionado é o tecnicista, que tinha como preocupação a educação das pessoas que deixavam o campo em direção à cidade para trabalhar em fábricas. Diante de tal cenário, a ênfase na educação se dava não apenas ao ensino de primeiras letras, mas, também, de certo modo, de organizar as massas e submetê-las à disciplina e à obediência. Desse modo, a escola, passa a ser o modelo primordial para formar os cidadãos, pois é ela que tem o dever de educar os futuros homens trabalhadores atuantes na sociedade. Dando continuidade, no século XXI, a educação é encarada como a responsável pela garantia da igualdade social, habilitando a humanidade, pautada sempre em desenvolver o indivíduo, de maneira que ele aprenda a viver em sociedade, respeitando e sentindo ser parte dela.

Assim, nas primeiras décadas do século XXI, ocorre uma série de transformações e mutações nas relações de trabalho e no próprio trabalho em si, que acaba influenciando a sociedade contemporânea e refletindo no papel da educação para atender a essa nova demanda social. Ademais, com o início do processo de globalização, as economias interligaram-se, o que originou novas classes sociais e novas funções de trabalho.

Para Dubar (2005), um dos principais componentes de identidade do sujeito é a formação e a qualificação profissional, enfatizando que o emprego, além de ter se tornado um bem raro, passou (e ainda passa) por uma ampla configuração

gerencial, diante da adaptação e da criação de novos postos de trabalho, conforme as exigências e as transformações das relações sociais. Assim, as práticas profissionais não mais se restringem ao cumprimento de tarefas repetitivas, mecanizadas, atribuídas a práticas operacionais, mas, sim, ganha uma visão reflexiva, subjetiva, diante da produção, reconfigurando a identidade do trabalhador. Tal realidade é explicada por Alves:

Surgem hoje várias mistificações da natureza essencial do desenvolvimento da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XX, qualificando-a apenas em seus aspectos contingentes, como “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” ou ainda “sociedade em rede”. Ora, os qualificativos impressionistas não conseguem vislumbrar os fundamentos essenciais de um avançado processo de desenvolvimento do modo de produção e reprodução capitalista que coloca novos desafios no plano do pensamento e da atividade científica (ALVES, 2005, p.55).

Ocorre, nesse momento, o que o autor chama de Revolução Tecnológica, que transfere o centro do processo de produção e de relações de trabalho, ou seja, um momento de transição, das máquinas oriundas do desenvolvimento do capitalismo, para o desenvolvimento tecnológico, configurando o surgimento do Ciberespaço, com as redes de informação, dando origem a uma nova mercadoria: a informação.

Esta nova forma de produção exige do trabalhador cada vez mais conhecimentos de como se comportar no campo do trabalho, ou seja, precisa saber para poder se comunicar e entender as novas e variadas linguagens dentro do seu meio de trabalho. Logo, ele deverá ter um conhecimento mais instrumental, mais pragmático, voltado à sua ação, considerando as alterações do processo produtivo, com os trabalhadores ocupando a função de multitarefa. E, com isso, exige-se do trabalhador, também, posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e funções que estão conectadas, com capacidade de abstração e de seleção, tratamento e interpretação de informações.

Para Alves (2005), o ciberespaço é “um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e de comunicação entre máquinas computadorizadas,” que faz a mediação entre os homens, criando um novo espaço de interação (e de controle) sócio-humano, evidenciado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação. De acordo com Saviani:

[...] Com isso, além de propiciar o clima estimulante imprescindível à continuidade do desenvolvimento cultural e da atividade intelectual dos trabalhadores, tal mecanismo funciona como um espaço de articulação entre os trabalhadores e os estudantes universitários, criando a atmosfera indispensável para vincular de forma indissociável o trabalho intelectual e o trabalho material (SAVIANI, 2007, p. 161).

Com esse novo paradigma de mão de obra qualificada, que permite ao indivíduo refletir, pensar, analisar, avaliar, captar e resolver situações que envolvem raciocínio passa-se a exigir da educação (e da escola) um novo conceito de homem e uma nova concepção para sua formação. Ramos (2001) define a qualificação em três dimensões: a conceitual, a social e a experimental. De acordo com a autora, a dimensão conceitual é a função do registro de conceitos teóricos e formalizados, associados a títulos e diplomas.

A dimensão social coloca a qualificação no âmbito das relações sociais, que se estabelece entre os conteúdos das atividades, conjunto de regras e direitos relativos ao “fazer” profissional construído pela coletividade. A terceira dimensão é definida pela autora como a dimensão experimental, relacionada ao conteúdo real do trabalho, em que se definem não apenas os conceitos, mas um conjunto de saberes ao realizar uma atividade de trabalho.

Segundo Pereira & Lopes (2002), os crescentes mercados flexíveis de trabalho da nova economia global requerem um conhecimento geral de matemática, ciências, computadores e linguagens, que prepara graduados para aprender uma variedade de habilidades profissionais específicas. Apresentam, também, um novo perfil de profissional, indicando uma necessidade de outra relação com o conhecimento, no seu sentido mais prático, mais útil e mais pragmático.

A globalização, portanto, buscaram uniformizar as formas de produção, associadas à revolução tecnológica, impondo um novo padrão de conhecimento: mais global, interativo, fortemente cognitivo e valorativo. De acordo com Kuenzer:

O trabalhador era considerado qualificado quando executava tarefas com habilidade, geralmente adquiridas pela combinação entre treinamento e experiência que se dava pela mediação das atividades laborais [...] bastavam habilidades psicofísicas, memorização e repetição de procedimentos para definir a capacidade de executar determinadas tarefas, cujas variações pouco significativas ao longo

do tempo, permitiam uma adaptação quase natural às mudanças (KUENZER, 2002, p.24).

Assim, não havia a necessidade de acumular muitos conhecimentos, pois estes poderiam ser buscados a qualquer momento, com a ajuda dos recursos tecnológicos. Em vista disso, o que se espera é que esse trabalhador saiba como buscar esse conhecimento e, acima de tudo, como usá-lo, ou seja, requer mais capacidade de buscar e saber usar do que de possuir, valorizando o conhecimento para a ação, no seu dia a dia, nas relações de trabalho, melhorando o seu aproveitamento no processo produtivo e no trabalho em equipe.

Para Frigotto et al. (2004), o trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história, pois, modifica as relações sociais e, por meio dele, direcionam-se os avanços nas demais esferas: econômicas, políticas e culturais. Ainda, especificam os autores:

O trabalho é princípio educativo na educação básica na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo, organiza a base unitária de conhecimentos gerais que compõem uma proposta curricular, fundamenta e justifica a formação específica para o trabalho produtivo.

Ramos (2001) afirma que a educação do trabalhador no projeto burguês é submissa à necessidade do capital de reproduzir a força de trabalho como mercadoria, apresentando uma concepção de educação para as massas, como fator de racionalização da vida econômica, da produção, do tempo e do ritmo do corpo, considerando também o trabalho nos dias atuais, mesmo em outros ambientes laborais.

De acordo com Saviani (1989), o trabalho adquire uma dimensão educativa na medida em que se forma o indivíduo para a educação intelectual e para o mercado de trabalho, ou seja, correspondem a modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. Em vista disso, o autor apresenta o conceito de politecnia (ou educação tecnológica), no qual a educação básica deve atender às expectativas do homem no seu processo de aprendizagem, convertendo-o em força produtiva para o sistema capitalista.

Nesse sentido, a relação homem, trabalho e educação estreita-se ainda mais no ensino médio, momento em que os jovens começam a refletir sobre a sua vida

profissional e o mercado de trabalho, e também pelo fato de ser possível a compreensão do processo histórico de transformação da ciência em força produtiva, por meio do desenvolvimento tecnológico. Saviani ainda salienta que

[...] o uso do conceito de politecnia é mais adequado ao projeto de uma sociedade igualitária. Diferentemente de uma educação tecnológica, que tem se identificado, historicamente, com a redução da educação às finalidades técnicas e produtivas (SAVIANI, 2003).

Assim, o trabalho é a antologia do ser social, pois, o entendimento do trabalho e o entendimento das mudanças do trabalho permitem nos conhecermos como sujeitos. Nesse sentido, suscita-se uma série de questões que, por meio do trabalho, evoluem e permitem nos transformarmos em um novo tipo de indivíduo, à medida que o trabalho se flexibiliza. Nesse cenário, com a flexibilização e a transformação do trabalho voltamos há trabalhar mais horas, com a expressão de que trabalhamos menos, ou seja, avançamos em alguns aspectos e retrocedemos em outros.

Vale destacar que a educação das gerações adultas, que não estavam qualificadas e preparadas para a o ingresso no mundo do trabalho, poderia ser realizada de maneira mais simplificada e rápida. Estas, então, voltavam à vida escolar, devido às dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho. Desse modo, ao analisarmos a sociedade capitalista nos dias atuais, temos um reflexo do momento educacional vigente, em que se espera um imediatismo em soluções para os problemas sociais, sobretudo na formação desse novo ideal de “trabalhador”, logo, cabe à escola a sua formação, como preparação profissional, inclusive.

Saviani (2007) reforça a relação trabalho e educação como ações que são inerentes ao ser humano, e o que o diferencia dos demais animais, por serem ações conscientes, que partem de uma reflexão, e que há uma intencionalidade implícita nessa ação, pois, para o autor

[...] a essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico(SAVIANI, 2007, p. 154).

Para Antunes e Alves (2004), tem-se uma concepção ampliada de trabalho, já que se considera, hoje, como classe trabalhadora a totalidade dos assalariados, ou seja, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, bem como a totalidade do trabalho coletivo, que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Kuenzer et al.(2002) explicam que as intensas modificações que ocorreram nos modos de produção capitalista transformaram a relação entre o homem e o trabalho e, com isso, implementaram-se novos desafios para a educação, especialmente para a educação profissional técnica de nível médio. Desse modo, com o capitalismo e seus novos modos de produção, o trabalho passou por modificações, como forma de se adaptar a essas realidades produtivas e às novas necessidades de acumulação de capital e lucro, visando ao atendimento dessas demandas e necessidades produtivas.

Para Ramos et al. (2011), o trabalho é considerado como parte fundamental da ontologia do ser social, uma vez que a aquisição da consciência se dá pelo trabalho, e também pela ação sobre a natureza. Nesse sentido, o emprego não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, cria e expande seu conhecimento e aperfeiçoamento, definindo o trabalho como a base estruturante de um novo tipo de ser.

Ainda para os autores, é o processo educativo que viabiliza a construção de saberes, enquanto resposta a uma necessidade social, ou seja, uma relação que começa na sociedade e acaba na sociedade. Tem, porém, a Educação como mediadora desse processo de desenvolvimento humano, imprescindível na formação profissional, intelectual, cultural desse sujeito dentro da cadeia produtiva, portanto, trata-se da educação integral dos trabalhadores.

Sob tal perspectiva, o atual contexto social, em que se sobrepõe o modo de produção capitalista, aponta para uma necessidade permanente de “qualificação profissional”, intensificado com discussões e debates em relação às políticas de educação vigentes. Tal necessidade é explanada por Lucena, ao apontar os processos ideológicos e contraditórios na formação do trabalhador, a saber:

Ideológicos, ao omitir que em um processo de crise, os homens de negócios se tornam mais seletivos em virtude do aumento do exército de reserva. Ideológicos, ao apontar que a maior formação intelectual exigida é homogênea, quando na realidade varia de região para região do país, dependendo do potencial escolar oferecido regionalmente. Ideológicos, ao omitir que o trabalhador com o maior nível de escolaridade para ter a sua força de trabalho explorada nas empresas. Contraditórios por proporcionar que a elevação da escolar de um trabalhador corresponda ao desemprego de outro trabalhador, uma vez que as empresas não mais necessitam contratar no mercado, profissionais, pois já os possuem em um processo multifuncional, elevando tanto a mais-valia absoluta como a relativa. Contraditórios por defender o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores por meio da inserção na ciência e atuar no movimento oposto do neotaylorismo, uma dimensão ampliada e alienante que concentra a produção científica e tecnológica em patamares decisivos como pouco se ouviu na história do capitalismo (LUCENA, 2008, p. 197).

É esse novo olhar que se deve voltar à Educação, na formação do trabalhador como um ser ativo, que produz conhecimento, mas que tem o domínio dos meios de produção e do seu papel no processo de produção e relações de trabalho. Essa abordagem conduz a uma forma de agir como ser crítico, social e político, tendo como base da sua formação a educação e o trabalho, articulados com a sua realidade, para que a sua inclusão no mercado de trabalho ocorra de modo eficiente, destacando suas habilidades profissionais.

A qualificação profissional e educacional do trabalhador

No decorrer do século XX, a Educação escolar fundamentou-se em tendências pedagógicas que nortearam a Educação do trabalhador em seu período escolar e estiveram vinculadas a políticas que se baseavam em práticas educativas. Assim, buscavam ampliar a produtividade do sistema capitalista, enquanto perspectivas consideradas não críticas das pedagogias e trabalhos didáticos, como a Pedagogia Tradicional, a Tecnista e a Escolanovista.

A escola Tradicional impunha um caráter autoritário, que limitava a participação do aluno, com base em conteúdos enciclopédicos e fora do contexto da sua realidade. Dessa forma, valorizava o conteúdo por si e a disciplina, com educação centrada no professor, que deveria ter domínio dos conteúdos, pois, ensinar era repassar os conhecimentos.

A escola tecnicista era baseada em um processo de controle de comportamento, com objetivos previamente estabelecidos, com um ensino organizado em função de pré-requisitos. O ensino, então, envolvia um processo de condicionamento/reforço da resposta que se queria obter, o que acontecia por meio da operacionalização dos objetivos e da mecanização dos processos.

Na tendência da escola Nova, havia uma valorização do aspecto psicológico (testes e inteligência) do sentimento, da subjetividade, favorecendo o amadurecimento emocional, a autonomia e as possibilidades de auto-realização do aluno. Os problemas sociais pertenciam à sociedade, pois a ênfase na cultura escondia a realidade das diferenças de classe.

Saviani (1985) categoriza “marginalidade”, como um ponto de referência para compreender a educação como instrumento de sua “superação” (equalização social) ou de sua reprodução (discriminação social). Por essa análise, o autor avalia as tendências pedagógicas, anteriormente definidas, como teorias não críticas ou crítico-reprodutivistas.

Observa-se, assim, no quadro educacional brasileiro, que a falta de contextualização, de relação com a realidade do aluno, bem como a necessidade de entrar cada vez mais cedo para o mercado de trabalho, contribuíram para que ainda hoje existam índices significativos de analfabetos e alfabetizados funcionais. Tal afirmativagem de encontro com Janeiro (2010), pois, para a autora:

Mesmo sendo cada vez mais insuficiente para a melhoria das condições de vida, a alfabetização é o primeiro passo para a entrada no mundo letrado. Entretanto, é necessário haver ênfase no letramento, ou seja, no uso social que se faz da leitura e da escrita, sem o que não se pode falar em sujeitos alfabetizados propriamente ditos, mas em analfabetismo funcional (JANEIRO, 2010, p. 11-12).

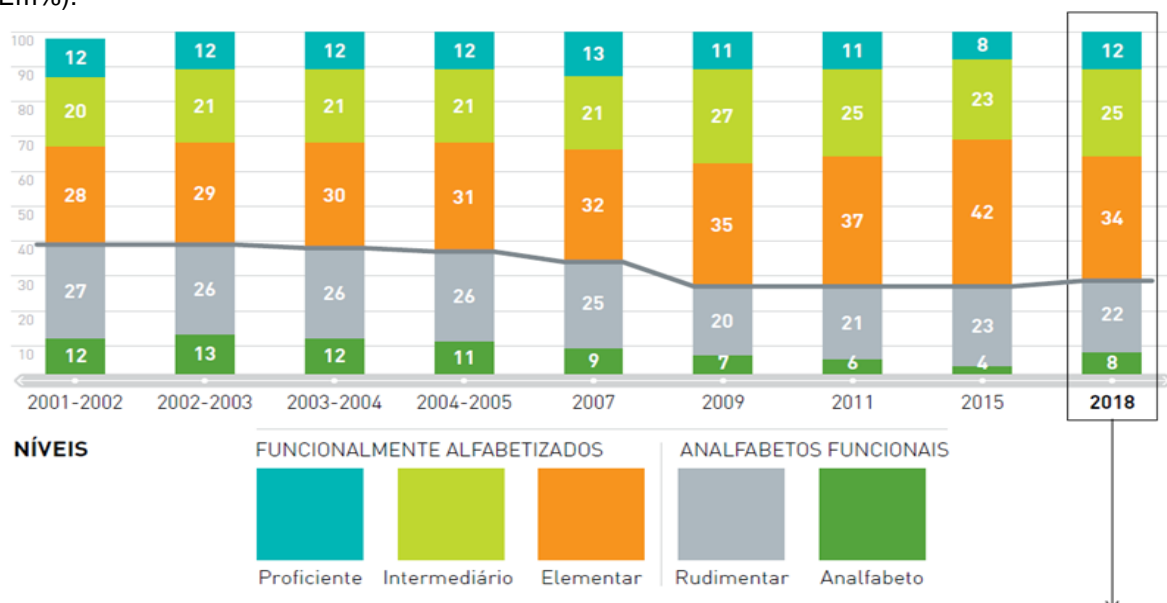
Informamos que o alfabetismo funcional pode ser observado em três níveis: elementar, intermediário e proficiente. De acordo com o INAF (2015), consideram-se alfabetizados funcionalmente, no nível elementar, as pessoas que já leem e compreendem textos médios, localizam informações com o auxílio de outra pessoa, resolvem problemas que envolvem operações na ordem dos milhares, porém, apresentam limitações quando as operações envolvem maiores números de elementos, etapas e relações intermediárias. Já as pessoas no nível intermediário localizam as informações em diversos tipos de textos, conseguem resolver

problemas que envolvem porcentagem e proporções, interpretam e reelaboram textos diversos e conhecem as figuras de linguagem, mas, apresentam dificuldades para reconhecer a opinião do autor ou para se posicionar diante desse texto. No nível proficiente encontram-se as pessoas que não possuem restrições para compreender e interpretar textos em situações do dia a dia, ou seja, conseguem comparar e avaliar as informações. No que se refere à matemática, interpretam tabelas e gráficos com mais de duas variáveis, sendo capazes de compreender escala, tendências e projeções.

Já os analfabetos funcionais podem ser divididos em dois níveis, que são o rudimentar e o analfabeto. No primeiro, consideram-se as pessoas que têm a capacidade de encontrar uma informação explícita em textos curtos, leem e escrevem números usuais, realizando operações simples, como pagamento de pequenas quantias em dinheiro e o uso básico das medidas de comprimento. De acordo com a escala INAF, analfabeto é o indivíduo que não consegue realizar as tarefas simples de leitura e escrita de frases e palavras, mesmo que uma pequena parte deste grupo consiga ler números familiares.

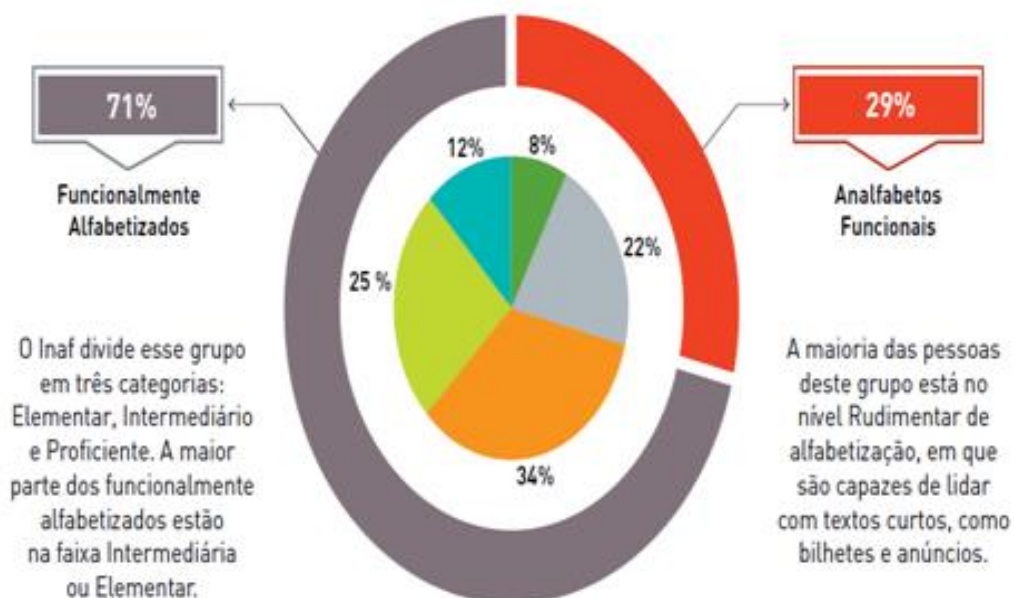
De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), podemos observar os níveis de alfabetismo funcional no gráfico abaixo, que é um resultado de uma pesquisa do INAF, em parceria com o Instituto Monte Negro, ONG Ação Educativa, realizada com apoio do IBOP Inteligente:

Figura 1: Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos - 2001-2002 a 2018 (Em%).



Fonte: Anuário Brasileiro da educação básica (EDITORA MODERNA, 2019).

Figura 2: Arredondamento das frações dos resultados.



Fonte:Inaf/Ação Educativa e Instituto Paulo Monte Negro. Elaborado pelas/os autoras/es.Inaf Brasil 2001-2002,2015 e 2018.

De acordo com os dados, verifica-se que, com a flexibilização do trabalho, a escolarização torna-se ainda mais importante para a vida profissional do trabalhador. Diante disso, quanto maior seu conhecimento, melhores são as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, que necessita cada vez mais de indivíduos preparados profissionalmente, que busquem capacitar-se constantemente, melhorando, assim, suas condições sociais e econômicas.

É fato que vivemos em uma sociedade letrada, na qual o conhecimento aprimora a técnica e a técnica amplia o conhecimento, sendo, portanto, indissociáveis. Nesse sentido, podemos perceber que a educação não está dando subsídios necessários para que este trabalhador tenha uma boa qualificação profissional.

Com base no artigo 205, da Constituição Federal de 1988: a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda, seu artigo 206 garante a igualdade de condições e permanência na escola. Podemos

observar, portanto, que mesmo assegurado por lei, nem todos os indivíduos têm a oportunidade de ter uma educação de qualidade e permanecer na escola.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas neste breve estudo buscaram demonstrar que as mudanças na forma de organizar o trabalho interferem na educação escolar, uma vez que esta forma para a demanda do capital. Desse modo, evidencia-se que o trabalho é o motor para a produção da riqueza, ou seja, é a baliza para a organização social e, por consequência, a educação escolar.

Assim, buscou-se demonstrar que a escola, ao priorizar uma formação para atender à demanda do mercado de trabalho, deixa de cumprir sua função social, isto é, conduzir de forma eficiente o processo de ensino e aprendizagem. Esse hiato na formação dos sujeitos pode ser verificado nos índices de analfabetismo funcional.

Nesse sentido, aponta-se para a existência de uma relação entre o analfabetismo funcional e a alta taxa de desempregados. Esse apontamento, no entanto, não deve ser tomado como causa única ou isolada, visto que o desemprego é um fenômeno típico das sociedades capitalistas, pois suas taxas oscilam de acordo com os interesses do capital e estão relacionados ao contexto econômico, político e social.

Diante disso, a reflexão que apresentamos, tem o intuito de ampliar a discussão acerca do tema e fomentar novas questões para pesquisa. Destaca-se, então, a importância do tema Educação e Trabalho na formação de professores, visto que não é possível compreender a Educação como fenômeno isolado desta relação.

Referências

ALVES, G. L. **O trabalho didático da escola moderna**: formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

ALVES, Giovanni. **A condição do proletariado**: a precariedade do trabalho no capitalismo global / Giovanni Alves – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, nº 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Todos pela educação. São Paulo: Editora Moderna, 2019. Disponível em:<<https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>>Acesso em: 24 Set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª Ed. São Paulo: 1990.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.): **Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO – IPL. **Relatórios INAF 2015**. Disponível em: <<https://ipm.org.br/relatorio>>Acesso em: 20 Out. 2019.

JANEIRO, Cássia. **Educação em valores humanos e EJA**. 1ªEd. Curitiba: IBPEX, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís(Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p.77-95.

LUCENA, Carlos. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: **Marxismo e Educação: Debates contemporâneos**/José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani (orgs.). Ed. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. V. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, J. M. O.; LOPES, A. C. **Orientações do BID para as Propostas Curriculares Oficiais do Ensino Médio**. In: ENDIPE, 11, 2002... Goiânia. Anais. Goiânia, 2002.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências**: Autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 21. Ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politécnica:trabalho, educação e saúde**. Revista da EPSJV/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, nº 1, p. 131-52, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) Capitalismo, trabalho e educação. SP: Cortez Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V. 12, nº 34, Rio de Janeiro, jan./abr. 2007.